



## COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

### ATA NÚMERO 106/XIII/ 2.<sup>a</sup> SL

Aos 13 dias do mês de setembro de 2017, pelas 16:00 horas, reuniu a Comissão de Trabalho e Segurança Social, na sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação da ata n.º 97, relativa à reunião do dia 21 de junho;
2. Apreciação e votação das notas de admissibilidade das seguintes Petições:
  - 263/XIII/2.<sup>a</sup> - da iniciativa de Carla Sofia Ribeiro Jorge e outros, que Solicitam a integração direta nos quadros do Centro Hospitalar do Oeste de todos os trabalhadores precários - proposto indeferimento liminar;
  - 277/XIII/2.<sup>a</sup> - da iniciativa de Mateus Fernando Carvalho da Costa, que Solicita alteração ao regime jurídico de proteção social na eventualidade de desemprego dos trabalhadores independentes com atividade empresarial e dos membros dos órgãos estatutários das pessoas coletivas - proposto indeferimento liminar;
  - 280/XIII/2.<sup>a</sup> - da iniciativa de Maria Fernanda da Costa Duarte Russo, que Solicita a alteração da redação do n.º 3 do artigo 57.º do Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de novembro, o qual estabelece o regime jurídico de proteção social da eventualidade de desemprego dos trabalhadores por conta de outrem e revoga os Decretos-Leis n.º 119/99, de 14 de abril, e n.º 84/2003, de 24 de abril - proposta junção à petição n.º 36/XIII/1.<sup>a</sup>.
3. Distribuição do Projeto de Lei n.º 600/XIII (2.<sup>a</sup>) (PCP) - Clarifica e reforça a defesa dos direitos dos trabalhadores em caso de transmissão de empresa ou estabelecimento  
Deputado autor do parecer: GP PSD;



## COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

### ATA NÚMERO 106/XIII/ 2.ª SL

4. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de Lei n.º 39/XIII (2.ª) (ALRAM) - Procede à 13.ª alteração ao Código do Trabalho e à 4.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de abril, na sua redação atual, no sentido do reforço do regime de proteção na parentalidade  
Deputada autora do parecer: Isabel Pires (BE);
5. Deliberação sobre o pedido de retificação, apresentado pelo GP do PS, da Lei n.º 73/2017, de 16 de agosto, Reforça o quadro legislativo para a prevenção da prática de assédio, procedendo à décima segunda alteração ao Código do Trabalho, aprovado em anexo à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, à sexta alteração à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e à quinta alteração ao Código de Processo do Trabalho, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 480/99, de 9 de novembro";
6. Deliberação sobre a Retificação da Lei n.º 64/2017, de 7 de agosto, Estabelece as prescrições mínimas em matéria de proteção dos trabalhadores contra os riscos para a segurança e a saúde a que estão ou possam vir a estar sujeitos devido à exposição a campos eletromagnéticos durante o trabalho e transpõe a Diretiva 2013/35/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013;
7. Distribuição da COM(2017)343 - Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo a um Produto Individual de Reforma Pan-Europeu (PEPP) (a remeter à CAE até 18 de outubro)  
Relator: Deputado GP PS;
8. Designação de 2 deputados da CTSS (um do PSD, outro do PS) para integrem a delegação nacional à Conferência Interparlamentar sobre Estabilidade, Coordenação e Governação Económica na União Europeia (CiP ECGE UE), que decorrerá em Talin, nos dias 29 a 31 de outubro de 2017 - prazo limite de inscrição: 29 de setembro;

## COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

### ATA NÚMERO 106/XIII/ 2.<sup>a</sup> SL

9. Apreciação e votação do Relatório Final da Petição n.º 98/XIII (1.<sup>a</sup>), da iniciativa de José António Gomes Ferreira Neto - Proposta de Metodologia Complementar de Aposentação

Relatora: Deputada Joana Barata Lopes (PSD);

10. Apresentação e votação do requerimento apresentado pelo GP do PSD para audição da Senhora Secretária de Estado da Administração e do Emprego Público sobre o Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários;

11. Outros assuntos.

---

1. Apreciação e votação da ata n.º 97, relativa à reunião do dia 21 de junho; Submetida à votação, foi a ata n.º 97 aprovada por unanimidade.

2. Apreciação e votação das notas de admissibilidade das seguintes Petições:

- 263/XIII/2.<sup>a</sup> -da iniciativa de Carla Sofia Ribeiro Jorge, que Solicitam a integração direta nos quadros do Centro Hospitalar do Oeste de todos os trabalhadores precários - proposto indeferimento liminar;

O Deputado José Soeiro (BE) usou da palavra para dizer que não estava de acordo com a proposta de indeferimento liminar constante da nota de admissibilidade daquela petição designadamente porque o processo de integração dos precários na administração pública ainda não estava concluído e desconhece-se como é que vai processar-se, se por concurso, se por integração direta. Daí que, no caso concreto, tratando-se de uma petição subscrita por mais de 1000 cidadãos, considerou que a mesma devia prosseguir a sua tramitação, de modo a permitir a audição de peticionários.



## COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

### ATA NÚMERO 106/XIII/ 2.ª SL

Este entendimento mereceu acolhimento por parte da Deputada Rita Rato (PCP), ainda que os argumentos constantes da nota de admissibilidade que levaram a ser proposto o indeferimento liminar da petição não merecessem contestação por parte da Deputada Clara Marques Mendes (PSD) e do Presidente da Comissão.

Foi então rejeitada por unanimidade a proposta de indeferimento liminar e deliberado que o respetivo relator do GP do BE será indicado oportunamente.

- 277/XIII/2.ª - da iniciativa de Mateus Fernando Carvalho da Costa, que Solicita alteração ao regime jurídico de proteção social na eventualidade de desemprego dos trabalhadores independentes com atividade empresarial e dos membros dos órgãos estatutários das pessoas coletivas - proposto indeferimento liminar;

Submetida à votação, foi a nota de admissibilidade com a proposta de indeferimento liminar aprovada por unanimidade.

- 280/XIII/2.ª - da iniciativa de Maria Fernanda da Costa Duarte Russo, que Solicita a alteração da redação do n.º 3 do artigo 57.º do Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de novembro, o qual estabelece o regime jurídico de proteção social da eventualidade de desemprego dos trabalhadores por conta de outrem e revoga os Decretos-Leis n.º 119/99, de 14 de abril, e n.º 84/2003, de 24 de abril - proposta junção à petição n.º 36/XIII/1.ª.

Submetida à votação, foi a nota de admissibilidade aprovada por unanimidade. O Senhor Presidente da Comissão informou que vai ser solicitada ao Presidente da Assembleia da República a junção das petições em causa e informou que a relatora de ambas é a Deputada Sónia Fertuzinhos (PS).

3. Distribuição do Projeto de Lei n.º 600/XIII (2.ª) (PCP) - Clarifica e reforça a defesa dos direitos dos trabalhadores em caso de transmissão de empresa ou estabelecimento

Deputado autor do parecer: GP PSD;

Foi designada autora do parecer a Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD).



## COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

### ATA NÚMERO 106/XIII/ 2.ª SL

4. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de Lei n.º 39/XIII (2.ª) (ALRAM) - Proceda à 13.ª alteração ao Código do Trabalho e à 4.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de abril, na sua redação atual, no sentido do reforço do regime de proteção na parentalidade

Deputada autora do parecer: Isabel Pires (BE);

A Deputada Isabel Pires (BE) apresentou de forma sucinta o parecer de sua autoria, no que foi cumprimentada pelo Senhor Presidente da Comissão. Submetido à votação, foram as partes I e III aprovadas por unanimidade.

5. Deliberação sobre o pedido de retificação, apresentado pelo GP do PS, da Lei n.º 73/2017, de 16 de agosto, Reforça o quadro legislativo para a prevenção da prática de assédio, procedendo à décima segunda alteração ao Código do Trabalho, aprovado em anexo à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, à sexta alteração à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e à quinta alteração ao Código de Processo do Trabalho, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 480/99, de 9 de novembro";

Interveio o Deputado António Carlos Monteiro (CDS-PP) para dizer que "depressa e bem não há quem" e que este é um exemplo de como, por vezes, se realizam as votações na especialidade nesta Comissão, o que obriga a eu ficarem pendestes questões como esta.

Submetido à votação foi este pedido de retificação aprovado, com votos a favor do PSD, do PS, do BE e do PCP e a abstenção do CDS-PP.

6. Deliberação sobre a Retificação da Lei n.º 64/2017, de 7 de agosto, Estabelece as prescrições mínimas em matéria de proteção dos trabalhadores contra os riscos para a segurança e a saúde a que estão ou possam vir a estar sujeitos devido à exposição a campos eletromagnéticos durante o trabalho e transpõe a Diretiva 2013/35/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013;

Submetido à votação, foi esta proposta de retificação aprovada por unanimidade.

## COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

### ATA NÚMERO 106/XIII/ 2.<sup>a</sup> SL

7. Distribuição da COM(2017)343 - Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo a um Produto Individual de Reforma Pan-Europeu (PEPP) (a remeter à CAE até 18 de outubro)

Relator: Deputado GP PS;

O Deputado relator será indicado posteriormente.

8. Designação de 2 deputados da CTSS (um do PSD, outro do PS) para integrarem a delegação nacional à Conferência Interparlamentar sobre Estabilidade, Coordenação e Governação Económica na União Europeia (CiP ECGE UE), que decorrerá em Talin, nos dias 29 a 31 de outubro de 2017 - prazo limite de inscrição: 29 de setembro;

A Comissão deliberou que esta questão será retomada na próxima reunião.

9. Apreciação e votação do Relatório Final da Petição n.º 98/XIII (1.<sup>a</sup>), da iniciativa de José António Gomes Ferreira Neto - Proposta de Metodologia Complementar de Aposentação

Relatora: Deputada Joana Barata Lopes (PSD);

Este ponto foi adiado para a próxima reunião.

10. Apresentação e votação do requerimento apresentado pelo GP do PSD para audição da Senhora Secretária de Estado da Administração e do Emprego Público sobre o Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários;

A Deputada Carla Barros (PSD) apresentou o requerimento previamente distribuído, esclarecendo que, tendo o GP do PS apresentado a proposta de audição conjunta daquele membro do Governo e do Secretário de Estado do Emprego em conjunto, o GP do PSD, por discordar dessa proposta, apresentou o requerimento em apreciação.

O Deputado António Carlos Monteiro (CDS-PP) interveio no sentido de reforçar a proposta de audição individual da Secretária de Estado da Administração e do Emprego Público sobre o Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários, também proposta pelo Seu Grupo Parlamentar. O que está em causa é a



## COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

### ATA NÚMERO 106/XIII/ 2.ª SL

mudança das regras do jogo a meio, o que constitui um atropelo violento dos direitos de oposição.

O Deputado Tiago Barbosa Ribeiro (PS) explicou que, como o PREVPAP tem uma tutela conjunta, o GP do PS apresentou uma proposta de audição conjunta dos Secretários de Estado da Administração e do Emprego Público, e do Emprego. Daí que, como é timbre da 10.ª Comissão, devem os dois requerimentos, um dos quais agora formulado oralmente, ser votados em alternativa.

O Deputado José Soeiro (BE) disse que, apesar de nada ter contra, considerava mais útil que a audição em causa fosse feita em conjunto e propôs que a mesma tivesse lugar na sexta-feira, dia 15 de setembro.

A Deputada Rita Rato (PCP) disse que não só havia condições como era oportuno fazer a audição conjunta dos Secretários de Estado e que importava realizá-la o mais breve possível.

Submetido à votação, foi o requerimento apresentado pelo GP do PSD rejeitado, com votos contra do PS, do BE e do PCP e votos a favor do PSD e do CDS-PP.

Foi de seguida votado o requerimento oral apresentado pelo GP do PS, no sentido de proceder-se à audição conjunta dos Secretários de Estado da Administração e do Emprego Público, e do Emprego em sede de Grupo de Trabalho da Precariedade, o qual foi aprovado, com votos a favor do PS, do BE e do PCP e abstenções do PSD e do CDS-PP.

#### 11. Outros assuntos.

Foi anunciado que a próxima reunião da Comissão seria agendada para o dia 19 de setembro, pelas 11 horas.

A reunião foi integralmente gravada em suporte [áudio](#), pelo que se dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.



## COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

### ATA NÚMERO 106/XIII/ 2.<sup>a</sup> SL

A reunião foi encerrada às 17:15 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 03 novembro 2017.

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO**

**Feliciano Barreiras Duarte**





## COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

### ATA NÚMERO 106/XIII/ 2.ª SL

#### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva  
António Carlos Monteiro  
Carla Barros  
Carla Tavares  
Clara Marques Mendes  
Feliciano Barreiras Duarte  
Filipe Anacoreta Correia  
Isabel Pires  
Joaquim Raposo  
José Moura Soeiro  
José Rui Cruz  
Ricardo Bexiga  
Rita Rato  
Rui Riso  
Sandra Pereira  
Sofia Araújo  
Sónia Fertuzinhos  
Susana Lamas  
Tiago Barbosa Ribeiro  
Wanda Guimarães  
Álvaro Batista  
Hugo Carvalho  
José António Silva  
José Silvano  
Maria da Luz Rosinha  
Sandra Pontedeira

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Joana Barata Lopes  
Maria das Mercês Borges  
Pedro Roque